

A REPRESENTAÇÃO DOS TERREIROS E ORIXÁS – a importância da patrimonialização do Axé IIê Obá

LA REPRESENTACIÓN DE LAS TIERRAS Y ORIXAS – la importancia de la patrimonialización de Axé IIê Obá

Eunice Gonçalves Queiroz¹

Henrique Cunha Junior²

RESUMO

A realidade histórica e as imagens reais e mentais que produzimos da cidade se configuram como fatos de direito a cidade. Direito enquanto jurídico, direito enquanto fato social das relações entre os grupos sociais. Religiões de matriz africana, os terreiros de candomblé e umbanda são fatos da realidade urbana da cidade de São Paulo que não se encontram impresso nas imagens da cidade. As identidades sociais e a cidadania se formam através das imagens produzidas. Os patrimônios culturais exercem um papel importante na formação das identidades individuais, coletivas e urbanas, sendo esse um fator importante para a educação e para produção da cidadania. O artigo retoma a discussão da representação e da inclusão dos terreiros de candomblé na imagem da cidade de São Paulo tendo como exemplo o terreiro Axé Ilê Obá, no período de 1984 à 2014, quando da gestão da lalorixá Mãe Sylvia de Oxalá. Sendo parte do trabalho de mestrado em andamento e tendo como recorte a diáspora negra e a produção das cidades brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Diáspora Africana; Terreiros de Candomblé; Patrimônio cultural; Forma urbana negra; População negra na cidade de São Paulo.

RESUMEN

La realidad histórica y las imágenes reales y mentales que producimos de la ciudad se configuran como hechos del derecho a la ciudad. El derecho como jurídico, el derecho como hecho social de las relaciones entre grupos sociales. Las religiones de origen africano, el Candomblé y la Umbanda terreiros son hechos de la realidad urbana de la ciudad de São Paulo que no están impresos en imágenes de la ciudad. Las identidades sociales y la ciudadanía se forman a través de las imágenes producidas. El patrimonio cultural juega un papel importante en la formación de identidades individuales, colectivas y urbanas, lo que es un factor importante para la educación y la producción de ciudadanía. El artículo retoma la discusión sobre la representación e inclusión de los terreiros de Candomblé en la imagen de la ciudad de São Paulo, tomando como ejemplo el terreiro Axé Ilê Obá, en el período de 1984 a 2014, durante la gestión de lalorixá Mãe Sylvia de Oxalá. . Ser parte del trabajo en progreso de la maestría y enfocarse en la diáspora negra y la producción de las ciudades brasileñas.

PALABRAS CLAVE: Diáspora africana; Candomblé Terreiros; Herencia cultural; forma urbana negra; Población negra en la ciudad de São Paulo.

¹ Doutoranda; Universidade Federal da Bahia - UFBA egqueiroz@aol.com

² Doutor; Univ. Federal do Ceará - UFC e Univ. Federal da Bahia - UFBA egqueiroz@aol.com



ABSTRACT

Abstract: The historical reality and the real and mental images that we produce of the city are configured as facts of the right to the city. Law as legal, law as a social fact of relations between social groups. Religions of African origin, Candomblé and Umbanda terreiros are facts of the urban reality of the city of São Paulo that are not printed in images of the city. Social identities and citizenship are formed through the images produced. Cultural heritage plays an important role in the formation of individual, collective and urban identities, which is an important factor for education and the production of citizenship. The article resumes the discussion of the representation and inclusion of Candomblé terreiros in the image of the city of São Paulo, taking as an example the Axé Ilê Obá terreiro, in the period from 1984 to 2014, during the management of Ialorixá Mãe Sylvia de Oxalá. Being part of the master's work in progress and focusing on the black diaspora and the production of Brazilian cities.

KEYWORDS: African Diaspora; Candomblé Terreiros; Cultural heritage; black urban form; Black population in the city of São Paulo.

INTRODUÇÃO

Na cidade de São Paulo, durante parte do século XX foram eliminados muitos dos marcadores urbanos da população negra. O registro da presença de populações negras na produção da cidade de São Paulo é um processo em curso, na tentativa de mudar a visão que se tem sobre a cidade e incorporar a paisagem urbana o reconhecimento dos bairros negros e dos patrimônios culturais da população negra, em particular os quilombos urbanos e os terreiros de Umbanda e Candomblé.

O direito a cidade é uma proposição que somente se efetiva pela pratica cotidiana do exercício desse direito e do reconhecimento desse pelos diversos atores sociais. Terreiros de Umbanda e Candomblé fazem parte da construção das cidades brasileiras como parte da forma urbana de produção destas pelas populações negras, entretanto esses encontram diversas dificuldades em ser respeitados e incorporados a mentalidade urbana como patrimônios culturais. Sem o que denominamos mentalidade urbana o respeito amplo da cidadania através dos seus diversos atores sociais.

Desde anos de 1970 os movimentos negros realizam um esforço político para o reconhecimento dos direitos da população negra a cidade, através de diversas ações, dentre elas o reconhecimento dos patrimônios culturais de matriz africana, em particular os terreiros de Umbanda e Candomblé e os Quilombos Urbanos. Circuitos urbanos da



memória negra foram elaborados em diversas cidades. Ações de incorporação das referências negras aos programas da educação e aos meios de divulgação da cultura, neste sistema, foram reconhecidos um determinado número de patrimônios culturais e discussões importantes foram fomentadas.

No campo acadêmico iniciou-se um ciclo de estudos em torno dos conceitos de "Bairros Negros" e de territórios urbanos de população negra, trabalhos com predominância nas áreas de geografia urbana e história urbana.

Sobre os terreiros de candomblé e umbanda na cidade de São Paulo existe um grande desconhecimento de uma parcela da população e mais "um medo" de visitação devido as formas de racismo antinegro presentes na sociedade brasileira. No entanto também existe uma desinformação sobre a estrutura dos terreiros e as funções religiosas.

Neste artigo se tem um caráter didático pensando no ensino de história, geografia e sociologia urbana como parte da sistemática de percursos urbanos em bairros negros e de fixação dos terreiros de candomblé na memória social, como patrimônio cultural é que fazemos uma retrospectiva sobre o Terreiro Axé Ilê Obá, situado no bairro do Jabaquara, na cidade de São Paulo – Capital e enfatizamos a importância da história contada sobre a ótica dos negros.

Patrimônios culturais da população negra são os elementos materiais e imateriais que adquiriram significado de importância para a compreensão da história e da cultura das populações negras na sociedade brasileira. São os elementos que conferem identidade aos diversos grupos sociais na população negra.

O enfoque conceitual nosso para patrimônio cultural da população negra é desenvolvido com base nas posturas do pan-africanismo. Considerando o pan-africanismo como um movimento sindical, intelectual, político e cultural que pensa as problemáticas das ciências humanas africanas e afrodescendentes a partir das referências africanas e



tendo como premissa uma autonomia conceitual e crítica com relação a produção ocidental. A oficialização internacional do pan-africanos se deu em 1900, sendo que em 1904 já existiam grupos pan-africanistas nos movimentos da população negra brasileira. (SANTOS, 2009) Lembramos que a constituição de grupos de operariado socialistas negros no Brasil data de 1850. (GOMES, 2020) O pensamento pan-africanista tem como fundamentos as filosofias e a história africana

A sociedade pode ser compreendida como negociações constantes em os grupos sociais. Negociações conflitantes, negociações conciliatórias, negociações não negociadas e mantidas em provisórios estados de relativo equilíbrio e sem definições efetivas. As sociedades não são uniformes e nem harmônicas, no entanto não são apenas definidas pelos conflitos entre os grupos de interesse, e nem os grupos de interesse são sempre bem definidos e seu contorno e forma, ou seja, não são totalmente homogêneos e monolíticos, na maneira que os modelos marxistas expressam, lembrando sempre que muitas vezes esquecido os modelos são apenas modelos a realidade mais ampla dinâmica e inteligente que os modelos. A população negra é definida como a formada por africanos e descendentes nas realidades do escravismo criminoso e do capitalismo racista. Trata-se de uma definição baseada na perspectiva histórica e sociológica e não nos parâmetros de raça biológica ou social (CUNHA JUNIOR, 2019).

Cultura negra é definida como as transformações ocorridas nas culturas africanas trazidas pelos africanos para o Brasil e que foram a base da formação econômica, cultural e social da sociedade brasileira. (CUNHA JUNIOR, 2008) "As transformações são resultados das condições materiais impostas pela geografia e das condições históricas resultantes dos sistemas de escravismo criminoso e de capitalismo racista."

Terreiros de umbanda e de candomblé são formas territoriais de inscrição das culturas religiosas de base africana (DOMINGOS, 2015). "São locais consagrados pela implantação da energia vital para produção e reprodução dos conhecimentos religiosos de base africana. O terreiro é concebido no sentido espiritual e físico das suas funções". O conceito de forma é entendido como a manifestação de um estado de equilíbrio alcançado em um determinado momento e numa localidade, e possui as características imantes ao conteúdo de uma cultura em constantes transformação, sendo portanto, apenas uma questão da escala temporal de observação. Portanto terreiro implica na



localidade consagrada, um campo da energia vital, local de desenvolvimento das potencialidades da família religiosa e de culto a ancestralidade africana (SANTOS; CUNHA JUNIOR, 2021).

LOCALIZAÇÃO DO TERREIRO NO BAIRRO DO JABAQUARA.

O terreiro de candomblé Axé Ilê Obá está localizado na cidade de São Paulo, no bairro do Jabaquara na Rua Azor Silva, próximo à estação final do Metrô Jabaquara, atualmente são 1,8 quilômetros da linha final do Metrô Jabaquara (Linha Azul) até o Axé Ilê Obá, na imagem 1 sua planta baixa, e nas imagens 2, 3 e 4 sua espacialização.

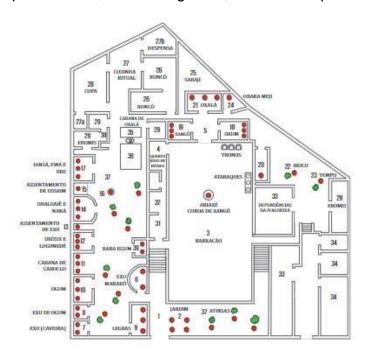


Imagem 1 – Planta baixa do terreiro. Fonte: Silva; Vagner Gonçalves - Terreiros tombados em São Paulo

Mas, quem chega hoje neste terreiro não tem ideia do longo caminho que se percorreu para chegar até aqui, toda a exclusão, maus-tratos e desconhecimento da sociedade sobre este grupo, pois, (SILVA; SILVA; CUNHA JUNIOR, 2022, p.2). "... a educação ... ainda está arraigada a um pensamento eurocêntrico de explicação da realidade, sendo



um empecilho para a compreensão da história da África e das africanidades brasileiras, formadoras de um patrimônio cultural".



Imagem 2 _ Vista de cima do Axé. Fonte: Google Earth 2024



Imagem 3 e 4 – Escadarias no Axé Ilê Obá. Fonte: Google Earth – set/2024 Fonte: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:AX%C3%89_IL%C3%8A_OB%C3%81_06.jpg

MÃE SYLVIA DE OXALÁ

Graduou-se em 1972 na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado em Administração com ênfase em Comércio Exterior. Entre 1974 e 1975, especializa-se em



Comércio Exterior com a tese intitulada "O comércio dos árabes e os países Africanos". Na imagem 5 sua fotografia.

Montou escritório no Centro da cidade de São Paulo, projetando-se para diversos países como comerciante, fez ponte entre vários países africanos e o Brasil, bem como, com os Estados Unidos. À época começa a engajar-se no Movimento Negro. Assim, a trajetória de Mãe Sylvia, como comerciante reafirma-se e reforça a potencialidade das mulheres negras na diáspora que herda de suas ancestrais. (CORREA, p. 91, 2014 Apoud BERNARDO, 2003).



Imagem 5 – Mãe Sylvia de Oxalá. Fonte: https://www1.folha.uol.com.br/folha/galeria/album/p_20080124-terreiro02.shtml

Sofreu muita discriminação e exclusão, quer nas atividades profissionais ou na sua residência no bairro de Pinheiros, onde pessoas de uma mesma família se sentiam autorizados a atirar pedras na casa dela. Mas procurou seus direitos e foi sempre adiante, tendo sempre os valores de sua família como leme. Entre as muitas dificuldades sofridas teve dois derrames (Acidente Vascular Cerebral - AVC), onde ambos lhe debilitaram bastante, mas mais uma vez seguiu em frente.

Tornando-se lalorixá

Com mais de 35 anos de lutas com avanços e retrocessos para sobreviver a luta da cultura e religião afrodiaspórica em São Paulo, primeiro na Congregação Espírita Pai



Jerônimo (no bairro do Brás em 1950) e depois oficializando o Axé Ilê Obá no bairro do Jabaquara o tio de Mãe Sylvia de Oxalá, Pai Caio de Xangô vem a falecer sem deixar herdeiros.

Restando a Mãe Sylvia assumir o cargo como lalorixá e gerir com sabedoria, competência, e visão estratégica o patrimônio deixado por seu tio Caio Egydio Sousa Aranha. Então em 1984 ela assume o Axé Ilê Obá que seu tio lhe deixou como herança. Na imagem 6 a vista frontal do terreiro.

Após aceitar o fato, restou a Sylvia se reorganizar para dar continuidade ao seu novo momento de vida; se fez o preceito de fechamento do Axé por um ano. E sobre ela ser a nova lalorixá muitos filhos não aceitaram, (...), muitos saíram e as dificuldades apareceram, mas isto não a paralisou e ela foi em frente. (QUEIROZ; CUNHA JÚNIOR, 2022).

Mas para a sua posse se formou uma irmandade como de costume entre os afrodescendentes.

Para posse e para as obrigações necessárias, compareceram Pai Pérsio de Xangô, Pai Gitadê, e, para a condução até o cargo, Pai Air de Oxaguian, babalorixá do terreiro Pilão de Prata que tem em comum com o Axé Ilê Obá, o fato de serem originados da Casa Branca do Engenho Velho. Com isso, foi legitimado o cargo e, no dia 12 de fevereiro de 1986, Mãe Sylvia é empossada como ialorixá do terreiro Axé Ilê Obá. (CORREA, 2014).



Imagem 6 – Imagem frontal do Axé Fonte Google Earth AXÉ ILÊ OBÁ – TOMBADO PELO CONDEPHATT

Então frente aos diversos interesse e uso a ser dado pelo espaço material e imaterial deixado como herança por Pai Caio Egydio, Mãe Sylvia resolve entrar com pedido de



tombamento do local. Inclusive foi orientada pelo pessoal de salvador que o tombamento devia ser feito.

O processo do tombamento do terreiro, se deu pela iniciativa de Mãe Sylvia que em 23 de outubro de 1987, encaminha Carta ao Governador do Estado de São Paulo e solicitando a abertura do processo de tombamento, no documento ... ela ressalta a importância da sociabilidade do terreiro e a importância para a manutenção da identidade negra na cidade de São Paulo. ... anexando documentos ... sobre a casa e ainda um extenso histórico por ela elaborado. (CORREA, 2014)

O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHATT³) é um órgão subordinado à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo criado pela Lei Estadual 10.247de 1968, é o órgão responsável pelos estudos e pelos processos referentes ao tombamento de bens no Estado, funciona como um órgão de proteção do Estado aos monumentos de qualidade estética ou histórica.

A partir daí um longo caminho se percorreu para o reconhecimento do Axé Ilê Obá fosse reconhecido como patrimônio histórico na cidade de São Paulo, processo este que teve início em 04 de novembro de 1987, e entre tantos trâmites finalmente em 19 de março de 1990, a então presidente, a antropóloga Josildeth Gomes Consorte, ... coloca que:

O conhecimento de que já dispomos a respeito dos terreiros paulistas permitenos perceber que o processo vivido pelo Aché Ilê Obá, em suas linhas gerais, não é muito diversos daquele experimentado por outros candomblés de São Paulo, origens na Umbanda, na década de 50, mobilidade espacial forçada pelo crescimento urbano ou pela especulação imobiliária, busca de espaço onde possa viabilizar-se, esforço no sentido de legitimar-se; busca de apoio na sociedade mais ampla, no sentido de sobreviver às ameaças de natureza variada. (...). parece, indiscutível o valor cultural do terreiro em questão e a importância da sua manutenção e preservação contra quaisquer ameaças que possam vir a desfigurá-lo. Seria pena expô-lo ao risco de um desmembramento ou de uma desapropriação em razão do crescimento urbano, especulação imobiliária ou de outros interesses.(...) Ao reconhecer a importância do Aché Ilê Obá, ..., não gostaria de ver restrita à este terreiro o benefício do tombamento,

³ CONDEPHATT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – CONSTITUIÇÕES Constituição Federal/1988, em seu artigo 216, não só define o que é patrimônio cultural brasileiro como prevê o papel do Estado na sua promoção e proteção. Constituição do Estado de São Paulo/1989, no artigo 260, define o que constitui o patrimônio cultural estadual. No artigo 261, cita nominalmente o CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo). - http://condephaat.sp.gov.br/



tomando a liberdade de sugerir ao CONDEPHATT a criação de uma comissão que se adiantasse aos pedidos dessa natureza. (CORREA, 2014 .apoud Ibid, p.147)

E então a decisão proferida pelo Conselho em 23 de abril de 1990, deliberou aprovar por maioria de votos, o tombamento da Congregação Espírita Beneficente Pai Jerônimo - Aché Ilê Obá, primeiro terreiro tombado no Estado de São Paulo. (CORREA, 2014). "O presente guichê marca um fato inédito neste CONDEPHATT. Pela primeira vez é solicitado o tombamento de um templo cujo culto tem origem negra, o Aché Ilê Obá".

PATRIMÔNIO

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Centro Nacional de Referência Nacional é o órgão regulatório, criado em 1937 e atual responsável pela análise dos patrimônios material e imaterial no Brasil. Nos seus primórdios era responsável pela preservação e divulgação a época somente do patrimônio material brasileiro, onde se tinha:

[...] "pelos bens preservados que passaram a ser percebidos como instrumentos para o desenvolvimento autônomo do país contra a massificação cultural provocada pelo consumo dos produtos industrializados do primeiro mundo. [...] foram os intelectuais modernista que estiveram à frente de iniciativas na construção de patrimônio no Brasil [...]. Para os modernistas, a arquitetura barroca brasileira era [...] percursora da arquitetura brasileira moderna. O passado era acionado a serviço do presente e, sobretudo, do futuro." (TAMASO; LIMA FILHO; 2012, p.63 e 303).

Atualmente o IPHAN é uma autarquia federal do governo brasileiro, com diversas possibilidades referentes a análise e patrimônio material e imaterial, com funções de dar diretrizes para análise e validação do: Patrimônio Cultural ou Patrimônio Mundial e suas várias vertentes. A partir dos anos 1980 com uma nova retórica da importância do patrimônio imaterial, o IPHAN veio a se readequar a nova realidade social; uma vez que



a Constituição Brasileira de1988 criou os artigos números. 215⁴⁵ e 216³— Bens de natureza material e imaterial; e em 1992 na convenção de biodiversidade (Eco Rio 92⁶) desencadeou debates, entre outros dos "conhecimentos tradicionais" e a UNESCO⁷- Organização das Nações Unidas - Educação, Ciência e Cultura incentiva inventários e registros de patrimônios imateriais.

Vale ressaltar que um patrimônio atualmente, pode ser motivo de uma reelaboração cultural que se iniciou em outra cidade, país ou continente. E desta reelaboração, vale analisar qual a sua nova linguagem e até que ponto se conseguirá manter a sua estrutura base ou como serão reconstruídos seus novos ditames que também podem ser de diversas possibilidades. (TAMASO; LIMA FILHO; 2012, p.65) Assistimos a uma extensa, complexa e diversificada produção de patrimônios culturais que se desdobra para além (ou aquém) das fronteiras.

Quando se pensa no objeto ele pode ser a mediação e projeção da estrutura do pensamento social. Então cruzando caminhos e pensamentos simultaneamente (TAMASO; LIMA FILHO; 2012, p.113) É a projeção da estrutura do pensamento social. Então o objeto é pensamento, o objeto é documento, o objeto é performance [...] e é campo comunicativo.

Temos nos primórdios de patrimônios negros tombados pelo IPHAN no Brasil: a demarcação do Conjunto Histórico e Paisagístico de Serra da Barriga no estado de Alagoas, onde existiu o maior e mais combatido núcleo de resistência escrava o

⁴ Constituição Federal Seção II - Art. N. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais [...] e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas popular ... e afro-brasileiras ...

⁵ Constituição Federal Seção II - Art. N 216. Patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, [...] à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver;

⁶ Eco Rio 92 – Conferência organizada pelas ONU de 3 a 14/06/1992 - R.J. <u>Brasil</u>. Seu objetivo foi debater os problemas <u>ambientais</u> mundiais.

⁷ Conferência Geral da Organização das Nações Unidas - Educação, Ciência e a Cultura em Paris de 17 out. a 16 nov 1989, na sua 25a Reunião.



"Quilombo dos Palmares" na época do Brasil colônia; e o tombamento do terreiro de candomblé Casa Branca do Engenho Velho em Salvador - Bahia, que se tornou o primeiro no seu gênero.

Quando se cita o grupo negro, pensar os seus patrimônios como entidades com atividades de acolhimento, formação, com consequências de empoderamento, melhorando a autoestima dos seus com o conhecimento das suas raízes, entre outros. De um povo descendente de africanos que foi desapropriado da sua terra natal, das suas raízes, da sua ancestralidade e seus laços imediatos. Então, quando passa a ser um símbolo de uma cultura nacional ou local, com reconhecimento político e moral das diferenças. São fatores que devem ser levados em consideração como algo positivo. Pois, " (TAMASO; LIMA FILHO; 2012, p.300) "(...) entende que estes locais estão em permanente disputa e suas significações variam de acordo com os contextos sociais específicos, onde ela é operada. E pensar atualmente sobre o termo "patrimônio cultural" os centros urbanos brasileiros remete ao processo de interação e diluição de fronteiras entre saberes e práticas".

Patrimônio Negro e Candomblecista - O Tempo é uma divindade dentro dos parâmetros do candomblé, deve ser cuidado e cultuado, está sempre em movimento e rege as mutações (alteração, modificação), pois faz parte da essência humana. Então a nova concepção de patrimônio vai de encontro a antiga e milenar concepção africana. Considerando que o axé e sua forma de vida é uma concepção alinhada os seus momentos no tempo e o meio ambiente.

Tais transformações consistiriam num deslocamento de um regime de representação do tempo, que se valoriza pela valorização do futuro e sua substituição por um regime no qual o "presente' é fortemente valorizado em detrimento do futuro. Neste novo regime, caracterizado por alguns como "presentista, o passado seria obsessivamente reproduzido no presente como objeto de fruição" (TAMASO; LIMA FILHO; 2012, p.68 Apoud Hartog, 2003)



A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA CONTADA NA PERSPECTIVA DA POPULAÇÃO NEGRA

Há vários fatores que merecem destaque na história dos afrodescendentes e africanos, onde por exemplo, quando se fala que o negro construiu na nação brasileira, temos:

O escravismo foi um crime contra a humanidade e uma exploração gananciosa sobre o trabalho da população negra. Sendo que a população negra colonizou o Brasil, transferiram do continente africano conhecimentos, tecnologias e trabalho que produziu a sociedade brasileira, essa é uma síntese de um período da história...e transformar isso numa verdade histórica que restaure a dignidade humana da população negra... (Cunha Junior, 2022).

Conhecer a história é fundamental para que os fatos sejam elucidados e devidamente avaliados. Ao se falar do desenvolvimento do continente africano frente ao europeu, é de suma importância para que as pessoas tenham a verdadeira história, como:

(...).movimentos que ocorreram entre os séculos XII e XV e que antes do século XVI o continente africano era mais desenvolvido que a Europa. Entre os séculos V e X, durante a idade média a Europa passou por um período de extremo atraso, período que a história europeia chama das trevas. Depois do século XI a Europa retomou o crescimento econômico, mas somente depois do século XVI que ela se torna mais desenvolvida que a África. (Cunha Junior, 2022).

Diversos povos em algum momento foram escravizados ou escravos inclusive os europeus, a história não é linear e nem se trata aqui de dizer quem está certo ou errado, mas o fato é que todos têm seus momentos de auge e queda, mas deve-se aos turcos a introdução dos africanos como populações aprisionadas, mas, a Europa também já foi colônia dos africanos, onde:

Sendo que durante a idade média parte da Europa foi colônia do império africano dos Al Morovitas, os denominados mouros, que introduziram as ciências novas, química, matemática e medicina na Europa. Ainda durante a idade média os europeus comercializavam europeus como escravos, sendo a França e Itália local de comércio de nórdicos eslavos como escravos. Existia um comércio de escravos europeus que se ampliava com a expansão dos países europeus. Após o século XIII, os turcos começaram a participar do comércio europeu de escravos; esses comercializavam pessoas aprisionadas na Ásia e na África,



depreende-se então que são os turcos que introduziram os africanos como populações aprisionadas e comercializadas na Europa (Cunha Junior, 2022).

Constata-se que em nome de um novo mercantilismo e exploração de bens. O Papa Nicolau V na Bula Romanus Pontifex de 1454 deu a D. Henrique, onde o Vaticano estabelece as normas básicas de ação colonizadora, ao regulamentar as novas cruzadas que não se lançavam contra hereges adoradores de outro Deus mas contra pagãos e inocentes. Pois após a visita da Rainha de Sabá a Salomão a Etiópia se transforma no primeiro país cristão com a vinda do Cristo, onde temos:

Também neste período houve forte oposição entre Islâmicos e Cristãos em torno do mediterrâneo, envolvendo parte da África, Ásia e Europa, nas denominadas guerras santas. Parte dos islâmicos era asiática e outra parte africana, em relação aos cristãos havia uma parcela europeia e outra africana. Os primeiros grandes estados cristãos foram da África, com destaque para a Etiópia e o Egito. Entre os cristãos existiu a divisão da igreja cristã católica, europeia e a igreja cristã ortodoxa, parte dela africana, parte asiática e parte europeia. As guerras entre Islâmicos e Cristãos se caracterizaram como uma guerra entre Africanos e Europeus, dessa guerra nasceu uma das determinações da igreja católica europeia que autorizou a escravização dos não cristãos, consequentemente, de africanos. Mesmo judeus podiam ser escravizados por não serem cristãos, tanto que parte deles se converteram em novos cristãos... (Cunha Junior, 2022). Com a colonização das américas, em especial do Brasil a partir de 1500, temos uma exploração local estruturada na usurpação através de armas e a desorganização dos grupos diversos. Inclusive vale ressaltar que muitos africanos tinham conhecimentos de técnicas que também foram explorados pelos colonizadores:

A partir do século XVI os europeus invadiram e dominaram as Américas e passaram a produzir economias nas Américas com trabalhadores africanos que detinham conhecimentos sobre a agricultura e pecuária em regiões tropicais. Também conheciam e dominavam a produção de ouro no continente africano, daí serem trazidos para o trabalho escravo na produção de ouro do Brasil. Os africanos que vieram para serem escravizados no Brasil não atuavam apenas trabalho braçal, visto serem conhecedores de formas de produção, também nesse quesito foram explorados pelos escravizadores europeus. A escravização de africanos não foi determinada pelo atraso civilizatório ou por razões de menor



desenvolvimento cultural ou científico, foi por razões de maior poder militar dos europeus sobre regiões africanas (Cunha Junior, 2022)."

Os negros em vários momentos e em diversas situações lutaram pela sua liberdade, sempre houve estratégias. Os grupos africanos quer estivessem no continente africano ou no brasileiro sempre lutaram por sua liberdade incansavelmente, em diversos momentos e com várias estratégias. Os europeus lutaram durante séculos para dominarem a África (CUNHA JUNIOR, 2010). Os negros não se deixaram escravizar de forma fácil e simples como faz parecer as narrativas contidas na história brasileira. Os eventos políticos e econômicos que começaram em 1400, com marinheiros portugueses fazendo ataques a regiões da África Ocidental (FABIAN, 2000), somente se concluíram em 1884 como o tratado de Berlin que dividiu o continente africano entre as potências europeias, ou sejam 484 anos de lutas das mais diversas.

Vale enfatizar que nas cidades brasileiras da época colonial, existiam pelourinho e forca de maneira comum nas cidades, produtos de coerção e sinalização do que ocorreria caso se quisesse a liberdade ou se contestasse algo, onde se explica:

Forca e pelourinho foram dois instrumentos de tortura e punição que aterrorizavam as populações escravizadas em todo Brasil. Nossa história não narra os fatos reais com detalhes, mas em todas as cidades brasileiras do passado, até o início da República, possuíam a praça da forca e do pelourinho. Locais onde milhares de negras e negros foram enforcados e espancados por se rebelarem de diversas formas contra o escravismo criminoso, o que demonstra que de forma nenhuma a população negra aceitou o escravismo (Cunha Junior, 2022)."

Nunca foi pacífica a coexistência entre colonizador e colonizado africano quer seja aqui no Brasil ou nos países do continente africano, afinal como um ser humano pode aceitar pacificamente uma existência animalesca e constante de maus-tratos e desumanidades. Os quilombos são a constatação do conhecimento e organização advinda destes povos negros que mesmo subjugados se reorganizaram de maneira brilhante face as desumanidades da época:



(...) Os quilombos são os maiores demarcadores da resistência e da luta contra a escravização. Alguns quilombos abrigaram milhares de moradores e tinham uma estrutura de Estado dentro do território dominado pelos portugueses. Palmares em Alagoas que existiu entre 1620 a 1710, liderado por Ganga Zuma e depois por Zumbi; também o Quilombo de Quariterê, que existiu de 1730 a 1795 no estado do Mato Grosso, liderado pela rainha Tereza de Benguela, esses além do Quilombo do negro Cosme Bento das Chagas, participante da revolução Balaiada, localizado no Maranhão abrigou negros entre 1831 e 1841, são exemplos de formação de governos de populações negras no Brasil dentro de grandes quilombos...) (Cunha Junior, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma constante e repetitiva estrutura de disputa de espaço que paulatinamente desapropria o negro do seu espaço. Existem aspectos de um universo cultural e social diversificado podendo ser de vivências ou de histórias contadas, que sugere várias implicações, em especial com o processo histórico dinâmico, que não envolve unicamente dimensões econômicas e políticas, mas também as experiências socioculturais vivenciadas cotidianamente por seus sujeitos que são continuadas.

Ao se patrimonializar o Axé Ilê Obá, em uma cidade que esquece as mãos negras que a construíram, o mesmo passa a ser um fator de importante contribuição ao legado negro e posteriormente afrodescendente.

Entende-se que existiu e existe uma proposta de exclusão ao negro e aos seus descendentes, o que possibilitou e possibilita um apagamento, descaracterização de suas qualidades, possibilitando uma continuidade de servidão moderna e contínuo desprestígio e inferiorização deste grupo. Fatos estes desde a época colonial que se propagou na República e chega nos dias atuais reelaborada e com requinte, criando várias disputas entre grupos e uma delas é a cultural.

O escravismo foi um crime contra a humanidade e uma exploração gananciosa sobre o trabalho da população negra. Sendo que a população negra colonizou o Brasil, transferiram do continente africano conhecimentos, tecnologias e trabalho que produziu a sociedade brasileira (...) (Cunha Junior, 2022).



Entende-se os quilombos como uma forma de resistência organizada que perdurou e se reelaborou e os terreiros de Candomblé são uma continuidade afrodescendente dentro da cultura afrodiaspórica, com sua complexidade sistêmica que muito contribuiu e têm a contribuir com o desenvolvimento da nação brasileira.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CORREA, Renato Pereira; **História e Memória do Terreiro Axé Ilê Obá**. Tese (Mestrado em Antropologia) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC/SP (Mestre em Antropologia). 2014, 148p. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/3555. Acesso em 20 Jan. 2022.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Racismo antinegro, um problema estrutural e ideológico das relações sociais brasileiras. **Política Democrática** (Brasília), v. VII, p. 118-127, 2008. CUNHA JUNIOR, Henrique. **Tecnologia africana na formação brasileira**. Rio de Janeiro: CEAP, 2010

CUNHA JUNIOR, Henrique. Bairros negros: a forma urbana das populações negras no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.I.], v. 11, n. Ed. Especial, p. 65-86, maio 2019. ISSN 2177-2770. Disponível em: http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/683. Acesso em: 08 jul. 2022.

CUNHA JUNIOR, Henrique. História dos afrodescendentes: disciplina do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 212, jan. 2022. Disponível em:

http://www.espacoacademico.com.br/069/69cunhajr.htm. Acesso em: 26 set. 2022. DOMINGOS, Reginaldo Ferreira. Religiões tradicionais de base africana no Cariri cearense: educação, filosofia e movimento social. 2015. 258 f. Tese (Doutorado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

GOMES, Fábio Florenço. Um só destino: exame histórico sobre o pensamento educacional e político de Marcus Garvey (1887-1940). 2020. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

Queiroz, Eunice Gonçalves. **Orixás e sua complexidade sistêmica com design, arquitetura e urbanismo e arte no terreiro Axé Ilê Obá em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de



Arquitetura em Salvador/BA. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. 2023, 200p.

SANTOS, José Antônio dos. Intelectuais negros e imprensa no Rio Grande do Sul: uma contribuição ao pensamento social brasileiro. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (orgs.). **RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 83-99.

SANTOS, Marilene; CUNHA JUNIOR, Henrique. A cidade e o terreiro: Nazaré das Farinhas e Congo de Ouro. In: SANTOS, Marlene Pereira dos; SILVA, Renata Aquino da; CUNHA JUNIOR, Henrique; BIE, Estasnislau Ferreira (orgs.). **As insurgências urbanas e rurais da população negra**. 1. ed. Fortaleza: Via Dourada, 2021. v. 1, p. 168-212.

SILVA, Meryelle Macedo da; SILVA, Rafael Ferreira da; CUNHA JUNIOR, Henrique; Percursos urbanos como método de reconhecimento do patrimônio cultural negro. **Revista Cocar**. V.16 N.34/2022 p. 1-18 ISSN: 2237-0315.

TAMASO; Izabela LIMA FILHO; Manuel Ferreira. Antropologia e Patrimônio Cultural : trajetórias e conceitos / organizadores: Izabela Maria Tamaso e Manuel Ferreira Lima Filho.— Brasília : Associação Brasileira de Antropologia, **Aba Publicações**, 2012. p. 532 ISBN: 978-85-87942-04-3.